

De Fonte Limpa

■ Lavagem a seco

Não deu outra: a sessão da Câmara de ontem foi marcada pela tentativa dos quatro vereadores que faltaram à primeira reunião da CEI de Potunduva de explicar o inexplicável – os motivos pelos quais se ausentaram da Casa em dia de compromisso tão relevante.

■ Chumbo trocado

Tito Coló Neto (PSDB) disse que o presidente da CEI, Denilson da Vistoria (PHS), deu exemplo de “pouca vergonha” ao supostamente desestimulá-lo de participar da reunião. Denilson chamou o tucano de “irresponsável e inconsequente”.

■ Presente

Entre as dezenas de moradores do Distrito de Potunduva que criticaram a postura da Câmara estava o gerente Jefferson Vieira, autor das denúncias de suposto desvio de combustível e pneus da Subprefeitura. Até as 19h, o prefeito Rafael Agostini (PSB) ainda estava no Paço.

■ Novo patamar

O vereador Tuco Bauab (PMDB) se comprometeu a apresentar, na próxima sessão, projeto de lei que reduz a quantidade de vereadores de 17 para 13, a partir da próxima legislatura. Iniciativas parecidas já foram e voltaram várias vezes na Câmara – todas engavetadas.

■ Nada a ver

Ao defender o projeto que cria programa de combate a pichações, Fernando Barbieri (PSB) rebateu a fala de que a lei é semelhante a outra norma, que já está em vigor. “Se isso aqui for igual ao meu projeto eu renuncio hoje”, apostou.

■ Passe

Empresa de Jaú ganhou a licitação do transporte público por meio de ônibus e micro-ônibus em Fernandópolis (SP), na região de São José do Rio Preto. A homologação da concorrência foi publicada ontem no “Diário Oficial da União”.

frases

“Parece que eu quebrei Jaú no meio. Eu tinha compromisso”

José Mineiro de Camargo, vereador do PSB em Jaú, sobre sua ausência em reunião

“Não venha imputar a mim a falta de investigação na CEI”

Tito Coló Neto, vereador do PSDB em Jaú, ao fazer comentários sobre comissão

“Eu acho engraçado que a mídia começou esse ‘mimimi’ de gastos. No ano passado, eu fui para Brasília, consegui R\$ 1 milhão, e a mídia nem tocou no assunto”

Vivian Soares, vereadora do PSB em Jaú, ao criticar imprensa, nomeada por ela de “mídia partidária”

“Todos os membros da CEI foram questionados, sem exceção. A minha parte eu fiz (...). Um vereador de quatro mandatos não pode alegar ignorância”

Denilson da Vistoria, presidente da CEI de Potunduva, sobre extinção da comissão

COMÉRCIO DO JAHU

DIRETORA DE REDAÇÃO

Ana Karina Victor

karinavictor@comerciodojahu.com.br

EDITORA

Bianca Giordana Zaniratto

biancazaniratto@comerciodojahu.com.br

CONSELHO EDITORIAL:

Jorge João Marques de Oliveira, Rogério Piccino Braga, Ana Karina Victor e Bianca Giordana Zaniratto.

Contato com a Redação

Rua Marechal Bittencourt, 935 - Fone: PABX 14 2104-2100
CEP 17202-160 - Jaú/SP - redacao@comerciodojahu.com.br

REPÓRTERES

João Guilherme D'Arcadia

joao@comerciodojahu.com.br

Mathheus Orlando

matheusorlando@comerciodojahu.com.br

Natalia Gatto Pracucho

natalia@comerciodojahu.com.br

Ricardo Recchia

ricardo@comerciodojahu.com.br

Psui: veralotto@comerciodojahu.com.br

Classificados

Fone: 14 2104-2101

classificados@comerciodojahu.com.br

Publicidade

Fone: 14 2104-2108

comercial@comerciodojahu.com.br

Assinaturas

Fone: 2104-2100

saa@comerciodojahu.com.br

Filiado à

Associação Brasileira dos Jornais do Interior
Registro CNJ nº 198

Periodicidade verificada
pela ABRAJORI em Brasília/DF

Os artigos publicados nesta página são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião do jornal. Eles podem ser enviados à Redação pelo correio, fax ou pelo e-mail redacao@comerciodojahu.com.br

SUGESTÕES, CARTAS, ARTIGOS E CRÍTICAS: redacao@comerciodojahu.com.br
As notícias nacionais são fornecidas pela Folhapress

CARTA DO LEITOR A seção Carta do Leitor recebe colaborações pelo correio (Rua Marechal Bittencourt, 935, Jaú, CEP 17202-160, por fax 14 2104-2100, e pelo e-mail redacao@comerciodojahu.com.br). Solicita-se que as cartas sejam concisas e venham acompanhadas de nome completo, endereço, telefone e RG. O **Comércio** se reserva o direito de selecionar e publicar trechos das cartas. Correspondências e mensagens sem identificação completa serão desconsideradas.



www.comerciodojahu.com.br



facebook.com/comerciodojahu



(14) 99805 1640



twitter.com/comerciodojahu



google.com/+comerciodojahu



CHRISTIAN BARBOSA

Perfeccionismo: qualidade ou defeito?

Quando fica muito tempo parado em uma mesma atividade, você, simplesmente, impede a sua própria evolução

nada nunca está bom o suficiente, e os neuróticos sempre tendem a achar que podem melhorar algum detalhe. Acontece que a perfeição é relativa: o que representa um bom resultado para um pode não significar a mesma coisa para o outro.

Quando seus esforços não são reconhecidos ou recebem críticas, esses perfeccionistas geralmente se sentem frustrados, ficam estressados e, além disso, passam a ter menos tempo para se dedicar às coisas realmente importantes. As pessoas com esse perfil costumam deixar que os resultados as definam. Isso é lamentável.

Mas, o que você, perfeccionista, pode fazer para deixar de ser neurótico? Primeiro, é preciso entender que esse comportamento rouba o seu tempo e traz infelicidade e de-

cepção, o que pode até desencadear uma depressão. Quando fica muito tempo parado em uma mesma atividade, você, simplesmente, impede a sua própria evolução.

O passo seguinte para se livrar do perfeccionismo destrutivo é celebrar pequenas vitórias e cobrar-se menos. Quando aprende a comemorar conquistas “pequenas”, o perfeccionista vai eliminando o hábito da cobrança excessiva. Para os que têm mais dificuldade em se libertar da exigência, encontrar um “anjo da guarda” é uma alternativa interessante. Escolha uma pessoa de confiança para lhe monitorar e lhe ajudar a identificar seus exageros.

Acima de tudo, para abandonar esse pensamento tão prejudicial, é fundamental respeitar a si mesmo. A medida mais importante é entender que todos nós temos limitações, e ser perfeito é humanamente impossível.

Christian Barbosa é especialista em administração de tempo e produtividade e CEO da Triad PS, empresa multinacional especializada em programas e consultoria na área de produtividade, colaboração e administração do tempo.

CLEMENTE GANZ LÚCIO

Reforma trabalhista: oportunidades para pactuar mudanças

O contexto de debates abre nova oportunidade para o Congresso Nacional dar outro rumo e sentido à reforma trabalhista

das emendas ter sido proposta por deputados, e não por senadores, indica que a lei e a MP não contemplaram totalmente a casa parlamentar que lhes deram origem e, aparentemente, não satisfizeram integralmente sequer os congressistas que apoiam o governo: embora a maior parte das emendas tenha sido proposta por parlamentares de oposição (632), há um número expressivo de alterações sugeridas por aqueles que, em tese, apoiam o governo (226), entre eles, PMDB (42), PSDB (45), PTB (35) e PP (33), entre outros.

A compilação das emendas revela o desejo de mudanças na maior parte dos temas da nova legislação. Os pontos de maior atenção são o trabalho intermitente, o princípio do “negociado sobre o legislado”, a condição da empregada gestante ou lactante, o conceito de remuneração e o dano extrapatrimonial.

Ademais, dezenas de emendas sobre os outros assuntos tratados pela MP foram apresentadas, como a regulamentação da terceirização, do funcionamento da Justiça do Trabalho e da contribuição sindical, para dar alguns exemplos. Uma contagem simples das emendas oferecidas por tema não indica a importância relativa de cada uma delas, nem o peso político que as respaldam, mas revela a amplitude dos debates que deverão ocorrer a fim de contemplar todo o leque de sugestões. O contexto de debates abre

nova oportunidade para o Congresso Nacional dar outro rumo e sentido à reforma trabalhista, possibilitando que se promovam alterações da legislação trabalhista e do sistema de relações de trabalho a partir do diálogo social complexo entre empregadores e trabalhadores. Permite pactuar, no espaço do Congresso Nacional, o sentido das mudanças e definir as novas regras que regerão o sistema de relações de trabalho e a legislação trabalhista, abrindo a perspectiva de reorientação das transformações para valorização, fortalecimento e investimento na negociação e em mecanismos para solução ágil de conflitos. Possibilita ainda que sejam estabelecidos processos e mecanismos inteligentes de transição para as novas regras.

O debate promove oportunidade para estimar os impactos das mudanças na vida das empresas e dos trabalhadores, em termos de previdência e receita fiscal, entre outros; além de proporcionar a chance de adoção de novos mecanismos de monitoramento das medidas implementadas, com vistas a adequar as regras às intenções do acordo original.

Por isso, os presidentes das duas Casas e os parlamentares têm a oportunidade de, no trâmite da MP 808, conduzir um novo pacto entre empregadores e trabalhadores que, por meio do diálogo social, poderá operar as transformações necessárias na legislação trabalhista e no sistema de relações de trabalho, de forma que ambos sejam, verdadeiramente, fatores impulsionadores da construção de um País economicamente desenvolvido e socialmente justo.

Clemente Ganz Lúcio é sociólogo, diretor-técnico do Dieese e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e do Grupo Reindustrialização.

MARCOS CINTRA

Compromisso inadiável

Muito se fala da perda de competitividade da produção brasileira, mas pouco se discute sobre um dos maiores entraves para as empresas que é o alto custo que elas têm para cumprir suas obrigações fiscais.

O Brasil é o País onde as empresas mais gastam tempo para cumprir normas referentes aos impostos. Levantamento recente do Banco Mundial em parceria com a PricewaterhouseCoopers (PwC), intitulado Paying Taxes 2018, mostra que uma firma brasileira gasta 1.958 horas por ano para resolver questões tributárias. O segundo colocado desse ranking é a Bolívia, com 1.025 horas. Na sequência, aparecem Líbia (889 horas), Venezuela (792 horas) e Equador (666 horas). Entre as economias emergentes vale destacar a China (207 horas) e a África do Sul (210 horas). Entre os países ricos, a Alemanha exige 218 horas e os Estados Unidos, 175 horas.

Competir em um ambiente burocrático insano como o existente no Brasil representa um desafio enorme para as empresas. Tempo e dinheiro que poderiam ser gastos na produção são canalizados para atender às imposições do fisco.

A burocracia em geral é uma praga no Brasil. Na área tributária, encontra campo fértil para se multiplicar. A complexidade fiscal no País é absurda e a velocidade da proliferação de novas normas impressiona. O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) calcula que, de outubro de 1988, quando a Constituição Federal foi promulgada, até setembro de 2016, foram editadas quase 364 mil normas tributárias no País, equivalente a cerca de 45 novas medidas por dia útil.

Isso torna praticamente impossível, até para um especialista experiente, conhecer a fundo a legislação de um imposto e se uma regra ainda está valendo para um determinado tributo. É uma avalanche de leis, decretos, medidas provisórias, emendas, normas complementares, entre outros instrumentos jurídicos, que acabam impondo custos cada vez mais pesados às empresas.

Tese apresentada na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) mostra que esse “custo de conformidade”, termo que a literatura especializada utiliza para a burocracia fiscal imposta às empresas, chega a 0,75% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de R\$ 50 bilhões por ano (tomando por base pesquisas feitas junto à média das empresas abertas brasileiras).

Esse custo pode atingir o equivalente a 5,82% do PIB, quando se considera as companhias abertas com receita bruta anual de até R\$ 100 milhões, classe que inclui a ampla maioria das firmas no Brasil. Mesmo com essa complexidade toda imperando na estrutura tributária brasileira, que faz o País contar com o pior sistema de impostos do mundo, conforme sempre divulga o Fórum Econômico Mundial, a reforma tributária não consegue decolar. Ano após ano o sistema só piora por conta de alterações pontuais nas regras.

A burocracia segue consumindo recursos das empresas e comprometendo severamente a competitividade do País. Trata-se de um ponto sensível para a economia brasileira que os políticos eleitos em 2018 não poderão mais postergar. O próximo presidente e os novos parlamentares terão que levar adiante uma reforma tributária simplificada e que reduza custos se estiverem efetivamente comprometidos com o desenvolvimento do Brasil.

Marcos Cintra é doutor em economia pela Universidade Harvard (EUA), presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e professor titular da Fundação Getúlio Vargas (FGV).
www.facebook.com/marcoscintraalbuquerque